

CÂMARA vai debater mudança de arquivo: em reunião com técnicos especializados em acervos. Correio Popular, Campinas, 14 ago. 1985.

Augusto de Paiva



Vereadores querem discutir transferência de arquivos da Prefeitura para a Unicamp

Em reunião com técnicos especializados em acervos

Câmara vai debater mudança de arquivo

A preservação da história documentada de Campinas, até hoje guardada sem cuidados técnicos numa pequena sala da Prefeitura, será o ponto principal de discussão de um debate, nesta sexta-feira, na Câmara Municipal, às 16,30h, envolvendo vereadores e mais oito técnicos especializados em acervos de São Paulo e do Rio. Este debate aberto que visa esclarecer o público, marcará oficialmente as divergências que vêm ocorrendo desde o início do ano entre o Grupo de Estudos para Preservação da Memória de Campinas, que conta com o apoio da Câmara Municipal, e o Centro de Memórias da Unicamp.

O primeiro, constituído por técnicos em acervo histórico, luta para que os documentos da cidade ganhem um Centro Municipal específico para servir tanto de local de acesso à população, como abrigo correto dessas obras — datadas desde o século XIX. O segundo, recentemente inaugurado na Unicamp, quer que pelo menos os documentos de 1882 a 1940 sejam guardados no Centro de Memória da Universidade, onde complementarão os demais acervos que contam a história de toda região e ainda passagens marcantes da vida do Brasil.

"Respeito ao fundo"

Essa briga entre Grupo de Es-

tudos para Preservação da Memória de Campinas e Centro de Memória — Unicamp, tornou-se mais acirrada esta semana, após o pedido de vistas do vereador Adaulto Marconsin (PMDB) sobre o projeto que aprovaria a ida parcial dos documentos para o arquivo da Universidade. A iniciativa do vereador Marconsin, que propôs também a realização do debate aberto em torno da destinação e preservação do Arquivo Geral da Prefeitura, decorre do projeto de lei de autoria do Executivo, que propôs a celebração de um convênio com a Unicamp. Baseado na conduta do Sistema Estadual de Arquivos, criado pelo Governo do Estado e no programa do Grupo de Preservação de Memória de Campinas, Marconsin aponta falhas no projeto de lei encaminhado na Câmara.

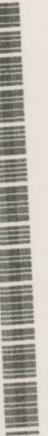
— O arquivo é formado pela parte, histórica, intermediária e corrente, portanto — explica o vereador — não tem sentido desmembrar uma parte para ser transferida a uma outra instituição. O convênio entre Prefeitura e Unicamp prevê apenas a transferência da parte histórica.

Segundo Marconsin e membros do

Grupo de Estudos de Preservação da Memória de Campinas, a Prefeitura deve ser a responsável legítima e de direito pelo material histórico em permanente produção. Da mesma opinião, o presidente da Câmara Municipal, Carlos Cruz, acredita que o arquivo da cidade é o documento mais rico que uma população tem". Os defensores da preservação dos documentos da cidade pela própria Prefeitura apegam-se ao ponto de vista técnico como principal meio de garantia a apreciação dessa idéia. Além do "respeito ao fundo", norma fundamental do lado técnico, eles citam a página 8, da normatização, onde está escrito:

"Ao Município compete igualmente o dever de administrar os papéis produzidos na esfera de atuação e instalar os diferentes arquivos, de acordo com a utilização do documento, segundo normas arquivísticas adotadas internacionalmente conforme a realidade local".

Biblioteca Centro de Memória - UNICAMP



CMUHE030799